

SUMÁRIO

DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO ANA JÚLIA (2011/2014)

O PARÁ entre o PASSADO e o FUTURO

- 1. A consolidação do Novo Modelo de Desenvolvimento: crescimento econômico com combate as desigualdades raciais, sociais e microrregionais, garantindo inclusão social, econômica e tecnológica com a promoção da sustentabilidade ambiental.**
- 2. A consolidação do sistema paraense de inovação: investimento, ciência, inovação e articulação produtiva a serviço do Novo Modelo de Desenvolvimento**
- 3. Infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do Pará**
- 4. Melhor condição de vida nas cidades paraenses**
- 5. Desenvolvimento ambientalmente sustentável**
- 6. Educação de qualidade, ciência e tecnologia para construir uma sociedade do conhecimento**
- 7. Saúde: universalizar a prevenção e qualificar os serviços ofertados**
- 8. Uma Segurança Cidadã, solidária, democrática e popular, aliada à defesa permanente dos Direitos Humanos**
- 9. Direitos da Cidadania e proteção de mulheres e homens**
- 10. Aprofundar a autonomia econômica, política e social das mulheres**
- 11. Política para Juventude: inclusão social e tecnológica para o futuro do Pará**
- 12. Desenvolvimento Social: aprofundar a inclusão social enquanto eixo de desenvolvimento**
- 13. Política cultural, estímulo a socialização e ao debate de idéias**
- 14. Política tributária e fiscal – o financiamento do desenvolvimento**
- 15. Organização do Estado, Integração Regional e Política Federativa**

DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO ANA JÚLIA (2011/2014)

“Navegar é preciso, viver não é preciso” (Fernando Pessoa)

À sociedade paraense, aos militantes do PT e aos partidos que integram a base de apoio a reeleição da companheira Ana Júlia à Governadora do Estado do Pará, o Partido dos Trabalhadores apresenta estas Diretrizes Programáticas para o debate sobre as grandes orientações do futuro Governo Democrático e Popular.

A reconstrução da capacidade de intervenção estatal nas diversas áreas, desde a Segurança Pública até a infra-estrutura de saneamento e oferta de água potável, passando pelos investimentos em Ciência e Tecnologia e na melhoria dos serviços de saúde e educacionais nos possibilitam consolidar as bases para o crescimento econômico sustentável e garantir o desenvolvimento com inclusão social e respeito ao meio-ambiente.

Projetos estruturais, como a Aços Laminados do Pará (ALPA), as Eclusas de Tucuruí, a Infra-estrutura de Transporte da Região Metropolitana de Belém, os Parques de Ciência e Tecnologia e o NAVEGAPARÁ, entre outros, somam-se a modernização do arcabouço legal e institucional, como o Zoneamento Econômico-Ecológico e a Regularização Fundiária, lançando as bases para que o Pará possa ocupar sua real posição de grandeza no contexto federativo nacional.

Os marcantes avanços sociais estão presentes na redução de paraenses pobres, somente nos anos de 2007 e 2008, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Familiar), 251 mil paraenses saíram da linha de pobreza. Essa forte redução no indicador de pobreza pode ser creditada ao crescimento da economia e, especificamente, em segmentos como a Construção Civil que são grandes empregadores de mão-de-obra, as políticas de transferência de renda, tanto federal quanto estadual, podendo-se mencionar dois programas importantes: o bolsa família e o bolsa trabalho e a recomposição e os ganhos reais do salário mínimo ocorridos nos últimos três anos.

O Governo também lutou contra a lógica de um Estado trabalhando unicamente para alguns privilegiados em detrimento da maioria, e buscou sempre ser um Governo solidário, democrático e popular. Devido à criação de uma política verdadeiramente PÚBLICA de segurança, centenas de milhares de Paraenses passaram a ser contemplados pelos serviços da segurança estadual, em particular no Interior do Estado que durante anos sofreu de abandono por parte dos governos estaduais.

Nesses últimos anos, o Pará rompeu com os reflexos antigos de violação dos direitos e com o uso indiscriminado da força contra os próprios cidadãos paraenses, e conseguiu quebrar o círculo vicioso de morte de trabalhadores rurais e de atentados sistemáticos contra os movimentos sociais e as populações mais humildes. Iniciou-se um processo de restauração das noções de respeito, de parceria e de serviço público para todas e todos os Paraenses, quaisquer que sejam as suas origens raciais, étnicas ou socioeconômicas.

O Governo Ana Júlia possibilitou, pela primeira vez na história republicana paraense, a efetiva participação popular nas decisões de planejamento e uso dos recursos públicos. O Planejamento Territorial Participativo (PTP) democratizou o Planejamento Plurianual (PPA), inserindo as demandas populares e possibilitando o controle social sobre as obras executadas.

O Segundo Governo popular, eleito, aprofundará as conquistas do primeiro mandato, enfrentando novos e complexos desafios. Dará continuidade e amplitude às políticas sociais até aqui desenvolvidas, perseguindo incansavelmente o combate à pobreza e a exclusão social que devem ser erradicadas em definitivo da sociedade paraense.

O PARÁ entre o PASSADO e o FUTURO

1. Há três anos o Pará passa por uma dinâmica e grande transformação econômica, social, política e ambiental.
2. O legado recebido foi um quadro institucional, social, econômico e ambiental bastante grave. Depois de dezesseis anos de políticas governamentais que imobilizavam a economia, agrediam o meio-ambiente, acirravam a violência no campo, desestruturaram a capacidade de planejamento estatal, desestimulavam o desenvolvimento científico e tecnológico e impedia o Pará de ingressar no mundo do conhecimento e da oportunidade de uma vida melhor, a população paraense fez a opção por um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inclusão social e digital, na defesa do crescimento econômico ambientalmente sustentável e planejado, na regularização fundiária, na qualidade de vida e na paz no campo e na cidade.
3. Nas últimas décadas, políticas ditas modernizadoras e simplificadoras foram implementadas, estabelecendo um quadro bastante contraditório, no qual as expressivas taxas de crescimento do PIB não corresponderam as mesmas taxas de melhora da qualidade de vida e das condições sociais e tecnológicas de nossa população. As marcas profundas ainda são visíveis no Estado do Pará e em toda a região. Na economia, o modelo de crescimento foi concentrador de renda e dizimador dos recursos naturais. Nos indicadores sociais, a precariedade da saúde, da educação e da habitação, são expressos no IDH, abaixo da média nacional. No meio ambiente, onde a destruição da natureza, realizada com incentivos governamentais, beneficiou alguns poucos grupos em detrimento da qualidade de vida e da sustentabilidade de processos produtivos ambientalmente responsáveis.
4. Esse modelo de desenvolvimento econômico pouco incluyente culminou nas décadas de 80 e 90 do século passado no estabelecimento em solo paraense de um conjunto variado de empreendimentos mineiros. Esses projetos de alto impacto estabeleceram nova disposição setorial na economia estadual: a partir da instalação das plantas de extração mineral de bauxita, hematita e de diversas outras plantas de exploração mineral. O Pará tornou-se o segundo maior produtor mineral do país, desencadeando modificações sociais e econômicas, particularmente sobre áreas sub-regionais, com relativas interferências sobre o comportamento da macro e microeconomia do estado.
5. A partir dos anos 90, principalmente desde sua segunda metade, proliferaram teses conservadoras e neoliberais que comprometeram mais ainda os investimentos produtivos, debilitaram o Estado e as empresas públicas. Os investimentos em infra-estrutura básica foram comprometidos e empresas como a COSANPA e CELPA foram sucateadas, e no caso desta última privatizada, comprometendo condição básica para o desenvolvimento econômico que é o fornecimento e distribuição com qualidade e sustentabilidade de energia elétrica.

6. A concepção do Pará pequeno preponderou. A desestruturação do Estado, com a ausência de planejamento estratégico, redução do corpo funcional e arrocho salarial durante doze anos, extinção do IDESP, baixo investimento em ciência e tecnologia.

7. A ausência de uma visão integradora do Estado reforçou em diversas regiões uma concepção divisionista. A ausência da intervenção estatal e o autoritarismo no trato do poder público com as diversas realidades que compõem o Pará alimentaram esse tipo de discurso.

8. No Governo Ana Julia, a reconstrução do Estado foi a tarefa inicial, seguida da atuação em todos os cantos do Pará, a retomada do planejamento estratégico, a expansão do emprego formal, os aumentos reais do salário mínimo e a recomposição salarial dos servidores públicos, o investimento e o crescimento da produção agrícola, a retomada dos investimentos em infraestrutura básica, educação, saúde, ciência e tecnologia alteraram tudo isso.

9. O Governo Popular ao estabelecer o PTP avançou na dupla condição de planejamento democrático e socializante, garantindo a efetiva participação popular nas decisões de planejamento e uso dos recursos públicos. O PTP democratizou o Planejamento Plurianual (PPA), inserindo as demandas populares e possibilitando o controle social sobre as obras executadas.

10. Do mesmo modo, foram criadas novas instituições com o objetivo de integrar o Estado e disponibilizar as políticas públicas em todas as microrregiões paraenses, com destaque para a Sala das Prefeituras e os Centros Integrados Regionais, que aprofundaram o diálogo federativo e aproximaram os interesses municipalistas do centro de decisões do Governo Estadual.

11. Essas alterações, aliadas a grande transformação promovida pelo Governo Lula, possibilitou que mesmo em face da mais grave crise econômica dos últimos cinquenta anos, tivéssemos em 2009 saldo positivo de geração de empregos formais (7.380) e iniciássemos o ano de 2010 com o maior saldo de geração de postos de trabalho formais nos meses de janeiro e fevereiro dos últimos vinte anos – cerca de 6.000, período geralmente caracterizado pela retração do emprego. Todas as análises apontam que teremos elevado crescimento no saldo de empregos neste ano de 2010, segundo o IPEA/IDESP, alcançaremos saldo de 26.000 postos de trabalho e segundo o DIEESE chegaremos a um saldo de 30.000 postos de trabalho.

12. O Governo Ana Júlia vem apresentando os elementos políticos e técnicos necessários ao estabelecimento de uma nova e duradoura dinâmica de desenvolvimento socialmente incluyente e integrada, ambientalmente sustentável e tecnologicamente inovador. Para dar continuidade a grande transformação do Pará para Todas e Todos é fundamental estabelecer amplo leque de alianças, que com base no aprofundamento do programa democrático popular possamos dar continuidade a construção do futuro, o futuro que é agora!

A consolidação do Novo Modelo de Desenvolvimento: crescimento econômico com combate as desigualdades raciais, sociais e microrregionais, garantindo inclusão social, econômica e tecnológica com a promoção da sustentabilidade ambiental.

13. A consolidação do Novo Modelo de Desenvolvimento, com internalização de renda, expansão do mercado de bens de consumo popular e processos produtivos locais com expansão do emprego e elevação da qualidade de vida, se dará por meio da:

a) Elevação dos investimentos e aumento da produtividade sistêmica via desenvolvimento da infra-estrutura logística, energética, universalização da internet e de comunicações em geral.

b) Apoio e fortalecimento aos arranjos produtivos locais, com a estruturação de cadeias produtivas mais longas e, conseqüentemente, dotadas de maior agregação de valor e elevação da oferta agregada.

c) Ampliação do emprego formal e combate permanente a quaisquer formas de trabalho precário.

d) Crescimento da renda dos trabalhadores, não só pelos ganhos salariais, como também pelo estímulo a crescente escolarização, qualificação técnica, políticas de saúde e saneamento, transporte e habitação.

e) Colaboração com o Governo Federal para aprimoramento dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e aperfeiçoamento do programa Bolsa Trabalho, a fim de facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda.

f) Expandir e facilitar o acesso ao crédito popular; apoiar a economia solidária com o reforço ao papel do Banpará no estímulo as incubadoras de cooperativas e a produção associativística.

g) Avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

h) Organizar um Sistema Estadual de Economia Solidária, mediante a integração das políticas de economia solidária entre as três esferas de governo e junto com a sociedade civil, além de definir os mecanismos e instrumentos de participação e controle social como o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária.

i) Fortalecer a agricultura familiar enquanto estratégia de superação da pobreza e de desenvolvimento local.

j) Intensificar os assentamentos e apoio técnico aos trabalhadores sem terra.

k) Apoiar e garantir a intensificação e aprimoramento do processo de reforma agrária, inclusive a partir das terras arrecadadas no processo de regularização fundiária.

l) Aprofundar o Programa de Ordenamento Territorial, convergindo as ações de regularização fundiária, expansão do Cadastro Ambiental Rural e definição de novas áreas para

continuidade do “Projeto Estadual de Assentamento Sustentável” e “Projeto Estadual de Assentamento Extrativista.

m) Continuidade do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, caminhando para o micro-zoneamento e apoio a realização dos zoneamentos municipais.

n) Continuidade da descentralização da Gestão Ambiental; do Programa Um bilhão de árvores e estruturação dos Programas REDD (Redução de Emissão por Desflorestamento e Degradação) estaduais.

o) Aprofundamento das políticas de apoio às populações tradicionais com o reforço da Coordenadoria de Proteção aos Direitos dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais. Deve-se, também, reafirmar a transversalidade dos diversos programas voltados aos Quilombolas e Indígenas, destacando-se os jovens e mulheres negras e indígenas.

A consolidação do sistema paraense de inovação: investimento, ciência, inovação e articulação produtiva a serviço do Novo Modelo de Desenvolvimento

14. Os grandes hiatos entre a socioeconomia paraense e de regiões mais desenvolvidas são resultantes de desequilíbrios estruturais e de longa trajetória histórica. As diferenças entre os padrões econômicos, educacionais, sanitários, habitacionais, tecnológicos, diversidade e disposição das cadeias produtivas, devem-se tanto ao formato assimétrico e desequilibrado do desenvolvimento econômico nacional, mas também a políticas equivocadas que detinham baixa inter-relação com a gestão territorial – com suas especificidades econômicas, sociais e culturais - enquanto componente importante para o desenvolvimento em bases autóctones e, do mesmo modo, a separação entre as ações econômicas e as medidas necessárias a qualificação da força de trabalho e das condições de democratização e fortalecimento das instituições locais. É necessário aprofundar o Sistema Estadual de Inovação, rompendo as amarras do “desenvolvimento restrungido” paraense.

15. Para tanto será necessário:

a) Garantir o funcionamento da estrutura institucional, financeira e corporativa do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá; bem como ter implantado os Parques do Tocantins e Tapajós.

b) A consolidação do PCT Guamá passa pela garantia do funcionamento dos diversos laboratórios hoje em implantação: CEAMAZON; INPE; Alta Tensão; Qualidade do Leite; Tecnologia da Bauxita e Alumina; Engenharia Biológica; Óleos Vegetais e Essências; Tecnologia de Informação e Comunicação; Fitossanidade e Manejo; Produtos Agroindustriais; Resíduos Sólidos. O PCT é uma política de longo prazo e fortemente ancorada em arranjos institucionais, única forma de rompermos com o desenvolvimento estadual restrungido.

c) Estimular e desenvolver os seguintes arranjos produtivos locais e cadeias produtivas centrais para a economia paraense: i) Fruticultura; ii) cadeia mínero-metalúrgica; iii) madeira e fabricação de produtos de madeira (incluindo móveis e artefatos de madeira); iii) Fitoterápicos e artigos de perfumaria e cosméticos em geral; iv) pecuária de corte, couro e leite; v) turismo; vi) cerâmica e; vii) pescado e carcinicultura.

- d) Garantir o gerenciamento corporativo dos diversos Distritos Industriais (Ananindeua; Icoaraci; Barcarena e Marabá).
- e) Criar e implantar os Distritos Industriais de Santarém e Juruti.
- f) Monitorar e garantir o funcionamento da ALPA.
- g) Fortalecimento da EMATER e reforço a parceria institucional com a EMBRAPA, priorizando a agricultura familiar e estratégias de segurança alimentar.
- h) Garantir direitos relativos à propriedade intelectual sobre cultivares ou variedades vegetais nativas, seja no âmbito dos programas de segurança alimentar e nutricional, seja de programas de apoio a arranjos produtivos locais.
- i) Aprofundamento da articulação entre as Secretarias de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Educação, Agricultura, Adepará, Pesca, Universidades e Institutos Científicos com setores empresariais para, por meio da FINEP e Fapespa, no âmbito do SPI, possa implementar e aprofundar políticas industriais e agrícolas que dêem ênfase à inovação nas pequenas e médias empresas, nas iniciativas de economia solidária e em empreendimentos agroindustriais combinados com a agricultura familiar e ações da reforma agrária.
- j) Consolidar e expandir o Navegapará, garantindo comunicação de alta capacidade para todos os municípios paraenses.
- k) Implantar a Política de Incentivo para Empresas Inovadoras e o selo “Amazônia Sustentável”.
- l) Fortalecer o Fórum Paraense de Competitividade.
- m) Fortalecer o IDESP enquanto instituição voltada a articular e conceber o planejamento econômico estratégico do Estado do Pará.

Infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do Pará

16. Nos últimos três anos investimos fortemente na infra-estrutura viária e de vicinais, ao mesmo tempo que preparamos as condições para o uso do sistema inter-modal e da estrutura portuária. Pavimentamos e restauramos 1.211 Km, conservamos quase 20 mil quilômetros de rodovias, construímos dois aeródromos e elaboramos projetos executivos de outros 16; iremos entregar o Terminal Hidroviário de Belém. Vale destacar, ainda, a manutenção de 1.287 Km de estradas vicinais e a perenização de outros 105 Km, parte do programa Caminhos da Parceria.

17. Viabilização do Pará enquanto corredor logístico inter-modal para transporte da produção do centro-oeste do país e do sudeste do Estado. Estes elementos de infra-estrutura determinam acelerado crescimento econômico e, como demonstram o corredor de Paranaguá e Santos, intensa alteração social. Os componentes:

- a) Ferrovia Norte-Sul no trecho Açailândia-Marabá, já previsto no PAC2.
- b) Hidrovia Araguaia-Tocantins, também no PAC2.
- c) Segunda e terceira fase de expansão do porto de Vila do Conde.

- d) A viabilização do Pará enquanto corredor logístico oriental do Brasil foi rompido com a construção das Eclusas de Tucuruí, um conjunto de obras secundárias estão garantidas no PAC2, desde a derrogação dos Rios, até a preparação do Porto de Marabá e outras obras de integração necessárias.
- e) Garantir que o Porto de Espadate seja incluído no PAC ou garantido como PPP (Parceria Público Privada).

- 17. Criar o marco regulatório para PPP no Pará.
- 18. Manter e expandir Programa Caminhos da Parceria, com viabilização de financiamento para cumprir perenização total das vicinais e política de manutenção estrutural desses corredores.
- 19. Planejamento do uso da capacidade já garantida de 20% da energia elétrica gerada em Belo Monte (de um total de 11 mil MW) para utilização na atração de novos empreendimentos, privilegiando o oeste do Pará.
- 20. Segunda fase do terminal fluvial de passageiros do Porto de Belém e ampliação do pátio de contêineres.
- 21. Terminal de Regaseificação de Barcarena. O crescimento da estrutura produtiva industrial do Estado nos coloca frente a necessidade de dispormos de fonte de oferta energética que complemente a atual base de hidroeletricidade, ao custo de não termos aproveitado a excelente oportunidade de crescimento sustentado da economia e a estruturação de uma base produtiva mais desenvolvida para o Estado do Pará. Neste sentido, o gás natural desponta como uma fonte de menor impacto ambiental e de pleno atendimento a forte demanda puxada pela estrutura industrial já instalada nos Distritos Industriais de Barcarena, Belém e Marabá.
- 22. Termoelétricas a gás de Barcarena e Marabá. Como parte do Termo de Compromisso firmado entre o Governo do Estado e a Eletronorte, as Termoelétricas de Barcarena e Marabá possibilitam alavancagem e vantagem competitiva com vistas a atração de novos investimentos.
- 23. Continuidade do Programa Luz para Todos.

Melhor condição de vida nas cidades paraenses

- 17. O Pará apresenta uma rede de cidades pequenas e médias, com pelo menos três pólos citadinos de grande importância: Belém, Marabá e Santarém. Faz-se necessário estabelecer políticas públicas de diferenciada ordem, seja em conformidade com as dimensões, características territoriais e futuros fluxos migratórios e comportamentos demográficos. São condições básicas a integração entre a dinâmica rural e urbana no contexto do novo modelo de desenvolvimento iniciado na primeira gestão, para que os benefícios dos empreendimentos a serem realizados possam diminuir os custos das cidades e aumente as oportunidades de vida para os moradores.
- 18. O planejamento nas cidades será decisivo para que as mesmas sejam locais privilegiados para o desenvolvimento socioambiental, fundamentais para dar condições de acesso aos moradores a segurança, a moradia digna, ao saneamento, a educação, ao transporte público de qualidade, a cultura e informação, lazer e esporte. As políticas públicas serão

consubstanciadas em obras infra-estruturais de coerência regional capazes de colocar os municípios e suas sedes em redes integradas pela informação e com condições de acesso a serviços públicos. A capacidade de gestão do município para o planejamento urbano em áreas urbanas que compõem o território municipal e suas áreas rurais será ampliada por meio de avanço no fomento a democratização da gestão dos planos diretores municipais e a participação do Estado, auxiliando-os, reforçando o papel da SEIR e da Sala de Prefeituras. Novos modelos de gestão consorciada serão incentivados nos locais onde exista a necessidade de tratamento de problemas comuns, tais como destinação do lixo, drenagem urbana e transporte.

19. O Governo Ana Júlia, respeitando as competências constitucionais dos entes federativos e em articulação com o Governo Federal e com os Municípios, centrará seus esforços nas seguintes iniciativas:

- a) Fortalecimento e democratização da mobilidade urbana, com o planejamento de corredores viários e estímulo ao uso de equipamentos alternativos de transporte (ciclovias e faixas preferenciais de motocicletas);
- b) Realização da segunda e terceira fase do Ação Metrópole, com recursos – já garantidos – da Jica (construção da passagem subterrânea na Dr. Freitas com Alm. Barroso; duplicação da Perimetral; prolongamento da avenida João Paulo II até o elevador do Coqueiro; implantação do sistema integrado de transporte metropolitano, com corredores estruturados, bilhete único e terminais de integração);
- c) Apoio a política de formação de Consórcios Intermunicipais de Transporte;
- d) Saneamento ambiental básico: universalização do abastecimento de água, da coleta e tratamento de esgoto, da coleta e destinação final do lixo e da drenagem urbana.
- e) Apoio a política de formação de Consórcios Intermunicipais de Tratamento e destinação final do lixo;
- f) Garantias de áreas regularizadas para destino de moradia popular, inclusive programa Minha Casa, Minha Vida. Apoio a planos urbanísticos e habitacionais, com intervenções especialmente centradas em áreas de palafitas, alagadas e áreas de baixadas;
- g) Reforço a política de segurança pública, ao programa Polícia Cidadã e em conjunto com o Governo Federal ampliação das ações do PRONASCI;
- h) Desenvolvimento de política estadual de lazer e esporte, com a criação de espaços integrados de arte, cinema e exposição nos principais centros urbanos do Estado;
- i) Desenvolvimento e apoio a política de segurança alimentar, com a estruturação de cinturão verde no entorno urbano, com fundamento no emprego de agricultura familiar e em programa de horta comunitária.

Desenvolvimento ambientalmente sustentável

20. O crescimento econômico, bem como as políticas tecnológicas e infra-estruturais apresentam, sempre, o pressuposto da sustentabilidade ambiental. A capacidade de reversão do formato degradante que as políticas governamentais anteriores tinham e o intenso diálogo com a sociedade possibilita construir um Modelo de Desenvolvimento Verde. Para isso propõem-se:

- a) Regularizar o Zoneamento Econômico Ecológico da borda leste e Calha Norte.
- b) Realizar o Zoneamento Econômico Ecológico do Marajó.
- c) Aprofundar o ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental no arquipélago do Marajó.
- d) Estimular o micro zoneamento a nível municipal.
- e) Descentralização da gestão ambiental e conformação do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SIESMA. Realização da Conferência Estadual de Meio Ambiente.
- f) Fortalecimento da legislação ambiental paraense.
- g) Aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos.
- h) Consolidação e aperfeiçoamento do SISFLORA, integração com o SIAT e articulação entre SEMA e SEFA.
- i) Aperfeiçoamento do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e aplicação em todo o estado.
- j) Estímulo as políticas urbanas de reciclagem e tratamento qualificado do lixo.
- k) Estímulo a projetos de REDD.

Educação de qualidade, ciência e tecnologia para construir uma sociedade do conhecimento

21. O Governo Ana Júlia reconstruiu a Educação no Pará, seja refazendo a rede mediante reformas e construção de novas unidades, seja resignificando e dignificando a carreira do magistério e o quadro funcional da SEDUC, seja realizando concursos públicos (seis ao todo) que buscam estabilizar o quadro funcional desta secretaria. Foram reformadas 658 escolas e construídas outras 23, o que nos dá uma média de uma unidade construída a cada quarenta e cinco dias. Por outro, a política de estruturação do ensino profissionalizante foi reforçada com a instalação de 32 cursos técnicos em 14 escolas profissionalizantes, configurando a Rede Estadual de Escolas Tecnológicas. Além desses aspectos, deve-se ressaltar o salto de qualidade na educação infantil e fundamental, a viabilização da educação indígena e o aperfeiçoamento da educação especial. Considere-se ainda a reestruturação da UEPA, melhorando os serviços educacionais prestados e qualificando os cursos ofertados. Porém, a educação é pauta central de qualquer agenda de desenvolvimento, e muito ainda está por se fazer.

22. Vivemos numa sociedade que rapidamente se transforma e caminha a passos largos para se constituir enquanto uma sociedade do conhecimento. Para superarmos nossas barreiras de desenvolvimento e ingressarmos nesta sociedade do conhecimento será necessário:

- a) Erradicar o analfabetismo, nas diversas faixas da pirâmide etária.
- b) Aumentar o nível de escolaridade média de nossa População em Idade Ativa (hoje temos uma média de 6,8 anos para o gênero masculino entre 35 a 44 anos, sendo que para a mesma população masculina a média cai para 5,8 anos quando se entra na faixa entre 44 e 54 anos. A escolarização feminina é algo melhor, porém ainda longe das nossas reais necessidades). O que implica o reforço dos programas de educação no trabalho.
- c) Garantir a qualidade da educação básica, reforçando os componentes pedagógicos de matemática, raciocínio lógico e desenvolvimento textual.
- d) Consolidar o Navegapará, com a conexão de 100% das Escolas e Centros Universitários da Rede de Ensino.
- e) Consolidar a Rede Estadual de Educação Tecnológica, expandindo o número de estabelecimentos e cursos técnicos ofertados. Buscar uniformizar padrão com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- f) Aprofundar o processo de expansão e melhoria dos Cursos ofertados pela UEPA.
- g) Manter e expandir os Programas de Bolsas para graduação e pós-graduação, especialmente centrados na estruturação da rede de pesquisadores locais.
- h) Fortalecer a política de educação do campo, assegurando escolas nos assentamentos, povoamentos de agricultores familiares, pescadores, populações tradicionais, indígenas e quilombolas.

Saúde: universalizar a prevenção e qualificar os serviços ofertados

23. A opção pela saúde preventiva é desde muito um componente importante dos programas de governo do PT, neste sentido o reforço a programas como o Saúde da Família, aliado a melhora na Atenção Básica de Saúde e a garantia dos serviços de média e alta complexidade, mediante o pleno funcionamento dos Hospitais Regionais.

24. Neste primeiro governo, caminhamos no sentido de reorganizar o sistema de saúde e dar funcionalidade plena aos Hospitais Regionais, ao mesmo tempo que garantimos o repasse de recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES) a todos os municípios paraenses referentes à contrapartida estadual, a título de incentivo ao fortalecimento da atenção básica, preponderante na ampliação da cobertura das Estratégias Saúde da Família e Saúde Bucal.

25. A superação dos problemas e déficits existentes exigem:

- a) Conformar um Sistema Estadual de Saúde, com a definição dos papéis dos setores público e privado e das responsabilidades dos gestores estaduais e municipais e da rede prestadora de serviço, inclusive com regulamentação estadual da Lei de Responsabilidade Sanitária.

- b) Aperfeiçoar e expandir a Rede de Hospitais de Pequeno Porte (15 leitos).
- c) Aperfeiçoar o sistema de cadastramento e habilitação dos serviços oferecidos pelos HR's.
- d) Implantar os Centros de Custos e melhorar a eficiência nos gastos.
- e) Propiciar financiamento suficiente e estável para hospitais da rede pública e credenciada do SUS.
- f) Reforçar e garantir a ampliação das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal;
- g) Garantir pleno funcionamento e de qualidade nos HR's, Santa Casa, Ophir Loyola e Gaspar Vianna.
- h) Fortalecer o controle sanitário sobre os medicamentos.
- i) Desenvolver Programa Comunitário de Combate a epidemias e pandemias.
- j) Reforçar o vínculo institucional com a Secretaria de Educação e Seter a fim de promover política de saúde preventiva nas escolas e empresas.

Segurança Cidadã, solidária, democrática e popular, aliada à defesa permanente dos Direitos Humanos

26. A exemplo do Presidente Lula, a Governadora Ana Júlia foi pioneira na criação de um novo modelo de Segurança com Cidadania, através do **Programa Segurança Cidadã** que visa restaurar a Paz e a Solidariedade na sociedade paraense. Programa premiado na Conferência Nacional de Segurança Pública, o “Segurança Cidadã” propõe que não somente os policiais, mas todos os agentes do Estado se mobilizem em prol da restauração da paz e da qualidade de vida dos Paraenses.

27. A nossa segurança passa pela educação, pela geração de emprego e pela formação profissional, pela qualidade de vida no que tange à moradia, saneamento, asfalto e iluminação pública, pela prática de atividades de esporte e de lazer, e pela defesa de todas as formas de expressão cultural e identitária. Nesse contexto, o policial, mais próximo da comunidade, passa a ser um entre os muitos agentes que cuidam da segurança e da qualidade de vida, em parceria com os professores, os assistentes sociais, os educadores e os líderes espirituais e comunitários do bairro. Essa integração das ações governamentais e das ações da sociedade civil constitui o eixo principal da política de segurança pública do Governo Ana Júlia.

28. Enfim, apoiando-se nas realizações históricas e pioneiras realizadas no primeiro mandato, o Governo do Estado quer renovar seus compromissos e continuar inovando na busca da justiça, da segurança e da qualidade de vida dos Paraenses, a partir das seguintes diretrizes:

- a) Aumentar os recursos do Programa Segurança Cidadã para atingir entre 10 e 12% do Orçamento do Estado, incentivando os Órgãos e Secretarias de Estado parceiras do programa a dedicar parte do seu Orçamento ao programa para fundar um verdadeiro PACTO estadual de segurança cidadã que envolveria muitos setores, entre os quais a educação básica e formação

profissional, o desenvolvimento social, a geração de emprego, o micro-crédito e economia solidária, a saúde preventiva, a cultura, o esporte e lazer, a moradia e infra-estrutura.

- b) Criar uma Coordenação do Programa Segurança Cidadã na Casa Civil, que garantirá e coordenará a integração das ações das Secretarias e Órgãos do Programa, visando à melhoria da qualidade de vida e da segurança das comunidades e municípios contemplados, bem avaliará dos resultados alcançados.
- c) Associar todos os policiais da base ao Pacto Estadual de Segurança Cidadã, garantindo a médio prazo aumento salarial efetivo, aumento dos efetivos, melhoria das condições de trabalho, modernização dos processos de progressão funcional e investimentos em formação, com a criação de um “crédito-formação” que os policiais poderão usar ao longo da carreira.
- d) Universalizar gradativamente o policiamento comunitário em todos os batalhões e companhias de Polícia Militar.
- e) Criar o “Novo CIOp 190”, dando condições materiais, humanas e tecnológicas para garantir o pronto atendimento das demandas emergenciais de segurança da população paraense.
- f) Criar a Agência Estadual de Inteligência Policial, na âmbito da SEGUP, aumentando as capacidades de prevenção e controle da criminalidade organizada no Pará, consolidando os esforços realizados no primeiro mandato.
- g) Construir delegacias em todos os Municípios onde ainda não tiver.
- h) Realizar, em caráter de urgência, um concurso público para delegados e escrivães de Polícia Civil, para Oficiais da Polícia Militar e, logo, para praças da Polícia Militar.
- i) Aumentar a repressão e a prevenção da corrupção policial, dando autonomia administrativa e financeira à Ouvidoria de Segurança Pública, e aumentando os recursos e efetivos das Corregedorias de Polícia.
- j) Reformar e humanizar os espaços prisionais e apoiar a reinserção social dos egressos do Sistema Penitenciário.
- k) Criar uma Divisão Especializada da Polícia Civil para a repressão da corrupção e dos crimes financeiros.
- l) Modernizar as leis e regimentos referentes aos órgãos de segurança pública.

Direitos da Cidadania e proteção de mulheres e homens

29. O Governo Popular garantiu a elaboração e instituição da Política Estadual de Justiça e Direitos Humanos e iniciou o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, do mesmo modo demos novo estatuto e envergadura à Defensoria Pública. Para consolidar este processo, o Governo do Estado buscará firmar uma parceria mais forte e mais responsável com o Governo federal no que tange ao combate ao trabalho escravo e à todas as formas de discriminação social, sexual, racial e de gênero.

30. Deve-se observar que a par dos avanços históricos permanecem as diferenças de gênero em aspectos como salariais, acesso a emprego e reconhecimento social, ao lado de graves chagas referentes a discriminação e a violência de gênero. O Governo Popular avançou na implantação dos Centros “Maria do Pará”, referência para prevenção, promoção, defesa e reparação dos danos causados à mulher em situação de violência. O segundo mandato permitirá avançar ainda mais na garantia dos direitos da mulher e associará cada vez mais os movimentos sociais ao planejamento governamental. Para tal propõe-se:

- a) Apresentar um projeto de lei estadual que proíba aos órgãos do Estado a contratação de empresas que organizarem trabalho análogo ao de escravo e compunham a “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego.
- b) Promover, por meio de ações políticas e institucionais, a igualdade entre mulheres e homens. Garantir e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão, por outro promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, reforçando as decisões tomadas nas duas conferências nacionais de políticas para as mulheres.
- c) Consolidar os avanços realizados na defesa dos direitos dos consumidores e na assistência jurídica gratuita da Defensoria Pública.
- d) Firmar maior parceria com a União no que tange à proteção dos defensores de direitos humanos no Estado.
- e) Consolidar o apoio aos povos indígenas do Estado do Pará, e criar o “Conselho dos Povos Indígenas do Pará”, presidido pela própria Governadora Ana Júlia, e convocado duas vezes ao ano.
- f) Intensificar o combate à exploração sexual infanto-juvenil e o resgate das crianças e adolescentes em situação de risco através da coordenação das ações de segurança e de desenvolvimento social pela Operação “Cadê Seu Filho”.
- g) Criar uma Coordenação Estadual da Mulher, subordinada diretamente a Governadoria e com participação das Secretarias antes listadas e com objetivo de centralizar e dinamizar as políticas públicas voltadas a mulher.
- h) Promover ações de cultura, educacionais, saúde, moradia, esporte e lazer voltadas de forma integrada a juventude.
- i) Garantir políticas específicas voltadas a negritude e a promoção da diversidade étnico-racial e, especialmente, a mulher negra.

Aprofundar a autonomia econômica, política e social das mulheres

31. Considerando que a base legítima da cidadania é a participação nos espaços de poder, pressupõe-se que a aceitação da diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades nas diversas atividades políticas, econômicas, culturais, financeiras, educativas, familiares constituem o alicerce de uma sociedade justa e democrática, consideramos como fundamental para o aprofundamento das conquistas do primeiro governo Ana Júlia:

- a) O governo do PT tem como eixo estruturante do seu programa, a construção da igualdade entre mulheres e homens. As políticas devem também contribuir para desconstruir a cultura machista e patriarcal, que aprofundam a desigualdade e exclusão social das mulheres.
- b) *Garantir a autonomia pessoal e o direito ao trabalho:* A independência econômica e financeira é uma das condições para a emancipação das mulheres e do seu direito pleno ao exercício da cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas é extremamente positivo, embora ainda se realize em condições muito desiguais, especialmente no que tange à remuneração salarial, que entre as mulheres negras chega a cerca de 60% a menos do que os homens brancos.
- c) *Fortalecer a institucionalidade existente para garantir e avançar uma política de igualdade:* A construção de políticas que afirmam a igualdade será possível ao ser incorporada pelo conjunto das ações do governo, por isto a criação da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres deve ser assegurada, e assim aumentar o alcance das ações na implementação e aprofundamento das diretrizes e ações dos Planos Nacional e estadual de Políticas para as Mulheres.
- d) Intensificar as políticas de transversalidade, envolvendo diversas Secretarias, sendo as principais: SEDES, SEGUP, SETER, SESP, SEJUDH.
- e) *Combater a violência sexista como uma ação do Estado.* A ação do governo Popular demonstra que o Estado pode cumprir um importante papel no combate à violência contra as mulheres e a cobrança da tão necessária implementação pelos demais poderes constituídos de suas diretrizes, mostra o compromisso ideológico e cultural do governo democrático popular com a luta das mulheres. Avançar nesta política no Estado e ampliar o seu alcance, enquanto política de Estado exigirá uma institucionalidade à altura destes desafios.
- f) *Promover a saúde da mulher, os direitos sexuais e direitos reprodutivos:* O Estado reafirmará o direito das mulheres de tomarem suas próprias decisões em assuntos que afetam o seu corpo e a sua saúde; direito de decidirem livremente sobre todas as questões referentes à sua sexualidade e estabelecer relações afetivas e sexuais livres de coação, discriminação e violência.
- g) O governo do PT desenvolverá ações que assegurem autonomia das mulheres sobre seu corpo, qualidade de vida e de saúde em todas as fases de sua vida, respeitando a diversidade racial e étnica das mulheres.
- h) *Garantir e ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão:* Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, com vistas a uma mudança cultural na sociedade, à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e protagonismo das mulheres, a exemplo do que demonstrou as duas conferências nacionais de políticas para as mulheres.

- i) Garantir diálogo permanente com os movimentos feministas e de mulheres do estado do Pará.
- j) Assegurar Educação inclusiva e não sexista com vista a redução do analfabetismo entre mulheres é pensar uma educação não sexista, não racista, afrodescendente e não homofóbica é repensar o currículo nas escolas e universidades. O Estado tem papel fundamental na superação dessas desigualdades, e por isso, deve ter um olhar para a educação e para a formação de educadoras e educadores, precisamos de um novo modelo político pedagógico que dê conta de superar as opressões. Quando nos propusemos a construir uma nova sociedade, precisamos ter isso presente em nossa militância, nas instancias partidárias, e no Governo do Estado, precisamos de uma sociedade que possibilite a construção de mulheres e homens livres e que combata todo tipo de discriminação aliada a realidade amazônica.

Política para Juventude: inclusão social e tecnológica para o futuro do Pará

32. A juventude paraense, na faixa etária entre 15 e 29 anos, representam cerca de dois milhões de pessoas, correspondendo a 30% da população total (PNAD/ IBGE, 2008), sendo expressiva ainda a população jovem que se mantém no meio rural, equivalente a 43%. Deste modo, as políticas públicas voltadas a juventude compõe o centro das estratégias para o desenvolvimento com inclusão social, tecnológica e sustentabilidade ambiental.

33. A diversidade regional coloca a necessidade de políticas públicas diferenciadas, porém complementares, que levem em conta as distintas dinâmicas urbanas e rurais, pois somos jovens nas cidades, no campo, nas águas e nas florestas; jovens homens e mulheres, urbanos do centro e da periferia, negros, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, pescadores, entre tantas outras diversidades.

34. Nos governos Lula e Ana Júlia, muitos avanços foram registrados no sentido do Estado reconhecer a importância estratégica da juventude para o desenvolvimento, promover a institucionalização das políticas públicas de juventude e implantar programas e projetos que referenciam o Brasil e o Pará no contexto das políticas públicas de juventude. Como avanços do governo Lula e do governo Ana Júlia, citamos: o reuni, o PROUNI, o Projovem, PRONERA, Centros Técnicos Profissionalizantes, Políticas de ações afirmativas, MOVA, avanço na área da Cultura e Educação, Meia-passagem Intermunicipal, Navega Pará, Bolsa Trabalho e Casa da Juventude. Para continuarmos avançando são estruturantes para o programa de juventude:

- a)** Intensificar as políticas de transversalidade referente a juventude, envolvendo diversas Secretarias, sendo as principais: SEDES, Educação, SEGUP, SETER, SESP, SEJUDH; SEDECT.
- b)** Criar Coordenação Estadual de Juventude, subordinada diretamente a Governadoria e com participação das Secretarias antes listadas e com objetivo de centralizar e dinamizar as políticas públicas voltadas a juventude.
- c)** *Garantir a permanência com sucesso de jovens em todos os níveis de ensino da educação básica e superior, centrando os esforços na diminuição da evasão escolar.*
- d)** *Evitar o ingresso precoce no mundo do trabalho.*
- e)** *Fortalecer e ampliar os programas de elevação de escolaridade e qualificação profissional, como o PROJOVEM e o Bolsa Trabalho, criando mecanismos para os jovens egressos no mercado de trabalho continuarem os estudos.*
- f)** *Expandir e interiorizar a rede pública estadual técnica e tecnológica de educação e formação, incluindo cursos de formação agrotécnica.*
- g)** *Coordenar os esforços entre as diversas Universidades públicas e privadas para ampliação e interiorização do ensino superior.*
- h)** *Coordenar os esforços visando reestruturar os currículos da educação básica e superior, referenciada numa matriz de educação para a sustentabilidade.*
- i)** *Democratizar o acesso à UEPA através do fortalecimento de políticas afirmativas que garantam o ingresso por meio de cotas sócio- raciais e a permanência desses através de política de assistência estudantil.*
- j)** *Investir para formar uma geração que produza conhecimento e tecnologia na região, que promova o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social.*
- k)** *Institucionalizar as políticas que assegurem o ingresso de jovens no mercado de trabalho e geração de renda.*
- l)** *Criar políticas públicas para a juventude do campo e da floresta que promovam a educação no campo referenciada na metodologia da alternância, assegurando a qualificação profissional.*
- m)** *Fortalecer as políticas de cultura, esporte e lazer para jovens do campo e da cidade, expandindo e interiorizando equipamentos públicos com esse fim, estimulando a produção cultural e artística juvenil que valorizem a identidade e o pertencimento.*
- n)** *Proteção social e garantia dos direitos humanos aos jovens, criando mecanismo de enfrentamento das situações de violência e exploração sexual, tráfico humano, através de políticas que assegurem a reinserção sócio-produtiva de jovens egressos do sistema penal.*
- o)** *Políticas específicas de saúde para juventude, que enfrentem problemas como a drogatização, DSTs/AIDS e gravidez não-planejada.*

- p) *Desenvolver estudos sobre a juventude e manter atualizado os indicadores de juventude no Pará, através do IDESP, subsidiando as ações do Estado no planejamento das PPJs.*
- q) *Atualizar a Política Estadual de Juventude, sintonizada com os desafios e a sustentabilidade amazônica; promover e apoiar a institucionalização de políticas de juventude nos municípios.*

Desenvolvimento Social: aprofundar a inclusão social enquanto eixo de desenvolvimento

35. O Governo Popular criou a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, em plena sintonia com o Governo Lula que incorporou o conceito de desenvolvimento social com status de política pública e com papel central nas transformações iniciadas em 2003, onde se reconhece a assistência social como direito de cidadania e dever do Estado.

36. Entre as diversas políticas de assistência encetadas deve-se destacar o direcionamento dado via Casa dos Conselhos, que garante a organização e o exercício do controle social, e os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional – Consean e dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

37. O Governo Popular criou a Coordenação Estadual da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, cujas ações de captação de recursos via convênios federais, possibilitou o emprego de mais de sete milhões de reais na compra direta de produtos da agricultura familiar para os beneficiários do Bolsa Família e a implantação de cozinhas comunitárias em Ulianópolis, Xingura e Rondon do Pará, além de apoiar a produção de subsistência das comunidades quilombolas de Salvaterra.

38. O Governo Popular construiu Centros de Referência e Assistência Social em mais treze municípios e firmou convênios com outros oito a fim de manter o custeio dos Cras. Do mesmo modo implantamos três Centros Regionais de Referência: Breves (Região do Marajó); Santarém (Baixo Amazonas); Tailândia (Região Tocantins).

39. O aprofundamento das políticas de desenvolvimento social possibilitou o avanço na diminuição das taxas de pobreza e o combate a indigência e a fome. Assim, somente em 2007 e 2008, mediante conjunto de políticas desenvolvidas podemos retirar mais de 250 mil paraenses da linha de pobreza, intimamente articulado com a política nacional da Bolsa Família. O aperfeiçoamento de nossas políticas de Desenvolvimento Social implica em ações voltadas para:

- a) Reforço institucional a Secretaria de Desenvolvimento Social e torná-la de “Combate à Pobreza e a Fome”, consolidando seus vínculos com o Ministério homônimo e consolidando o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).
- b) Conformar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, consolidando o Conselho Estadual e realizar Conferência Estadual, com delegados de cada município e objetivo de conformar as intervenções necessárias a garantir a segurança alimentar e nutricional.

- c) Reforçar os programas de aquisição de produtos da agricultura familiar e institucionalizar padrão regional de merenda escolar.
- d) Realização de Conferências Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e Adolescente.
- e) Implantar os Centros Regionais de Referência nas demais microrregiões.
- f) Construir a transversalidade necessária entre a Assistência Social, Saúde, Educação e Emprego e Renda.

Política cultural, estímulo a socialização e ao debate de idéias

35. As políticas públicas de cultura tiveram um novo direcionamento no governo popular, priorizando ações culturais que garantiram o acesso não somente à produção cultural, mas também aos bens e ao imensurável e diversificado repertório cultural do povo do Pará, resultante das interações das matrizes formadoras do povo amazônico: indígena, africana e européia, que imprimiram aos nossos homens e mulheres singularidades identitárias e diversidade cultural. As políticas implementadas buscaram alcançar diversas microrregiões do Estado – pela primeira tivemos, por exemplo, Salões do Livro em Tucuruí e Santarém – e avançamos no sentido da democratização da política cultural, através do lançamento dos editais de cultura.

36. A Conferência Estadual de Cultura inaugurou um novo modo de definição da política cultural, com a participação de 7.000 delegados de todas as regiões do Pará que definiram as ações centrais do Governo Popular. Manter e expandir a Conferência Estadual de Cultura enquanto marca de governo.

37. Investimos na recuperação e revitalização do Patrimônio Histórico Cultural, como a Catedral Metropolitana de Belém e as obras do Palacete Faciola.

38. Em parceria com o Governo Federal, entre outras ações, implantamos cerca de 60 Pontos de Cultura (espaços de produção e acesso à Cultura), 35 Cines Mais Cultura (cinemas comunitários com projeção de filmes nacionais por meio digital com acesso gratuito), 48 Pontinhos de Cultura (espaços lúdicos comunitários voltados aos públicos infantil e juvenil), 48 Pontos de Leitura (espaços comunitários de acesso ao livro e de incentivo à leitura), 210 Agentes de Leitura (agentes comunitário de incentivo domiciliar à leitura). O Governo do Estado também firmou convênio com o Ministério da Cultura para assegurar a modernização de 48 Bibliotecas Públicas Municipais em 48 municípios do Pará. Daremos continuidade a uma Política de Cultura abrangente a todo o Estado, considerando a necessária transversalidade e interlocução com as Secretarias de Educação e Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), para tanto será necessário:

- a) Fomentar a economia da cultura (formação de uma indústria cultural paraense). Deve-se considerar que as atividades culturais geram trabalho, emprego e renda, promovem a inclusão social, especialmente entre jovens e minorias. No Brasil, 320 mil empresas estão voltadas para a produção cultural (quase 6% do total de empresas no país, no Pará, esse número ainda é inferior a 1%). No país, elas empregam cerca de 1,6 milhão de pessoas e são

responsáveis por 4% dos postos de trabalho. A média salarial paga pelo setor é quase o dobro da nacional. O potencial de crescimento é maior que o de outros segmentos, já que a criação artística ou intelectual depende pouco de recursos não renováveis. Para isso propõe-se: **capacitação**: Capacitar empreendedores, cooperativas e empresas, bem como técnicos de nível médio (a partir do IAP); **promoção de negócios**: apoio a feiras de negócios setoriais, exportação, logística de distribuição de bens e serviços, atualização tecnológica e de infraestrutura e outros; **formulação de produtos financeiros**: visa dar suporte às instituições financeiras e de fomento na formulação de produtos adequados às necessidades dos segmentos.

b) Expandir a socialização e democratização do livro, leitura e cinema. No Estado do Pará poucas cidades dispõem de equipamentos de fruição dos bens culturais básicos. Somente a Região Metropolitana dispõe de Salas de Cinema e a disponibilidade de bibliotecas públicas somente se expandiu no atual governo, como já referido.

c) Ampliar a rede de equipamentos, com a expansão de sala de leituras para todos os municípios.

d) Ampliar a rede de equipamentos, com a disponibilização de videotecas públicas.

e) Transformar as escolas estaduais de nível médio em centros culturais, fazendo a integração entre os programas pedagógicos e a formação arte-educação, como parte do Programa Escola de Portas Abertas.

f) Manter e expandir o Circuito Cultural Paraense.

g) Estabelecer espaços públicos para programação de cinema nos municípios médios e pequenos.

h) Política de cultura digital, associada com o NavegaPará, possibilitando o estímulo ao debate de idéias e o fortalecimento das redes públicas de comunicação.

i) Política de valorização da cultura dos povos indígenas e das populações tradicionais amazônicas, especialmente, os quilombolas.

j) Política de captação de recursos para recuperação do patrimônio histórico.

Política tributária e fiscal – o financiamento do desenvolvimento

39. O Governo Popular avançou na construção de uma política tributária menos regressiva, ou seja, privilegiando a redução do ICMS em segmentos da economia que impactam a população mais pobre, assim, por exemplo, reduzimos a alíquota do ICMS da energia elétrica para consumidores de baixa renda, beneficiando 3,4 milhões de pessoas.

40. Do mesmo modo este primeiro mandato foi central para reorganizar a Secretaria de Fazenda, firmando protocolo de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de modernizar a gestão administrativa tributária e melhorar a eficiência na captação de tributos. O eixo de política tributária e fiscal deverá ser:

41. Criação de um fundo de desenvolvimento local, administrado pelo estado, destinado ao financiamento do desenvolvimento local nas seguintes áreas: formação profissional;

urbanização das cidades; projetos de pesquisa para ciência e tecnologia, composto da seguinte forma:

a) Introduzir no Projeto de Lei que cria a Agência Nacional de Mineração e define o marco regulatório do setor mineral a redefinição da tributação da base de cálculo e alíquota dos royalties sobre os produtos minerais (3 a 12%). Além do aumento da participação percentual do estado;

b) Definição, em acordo com o Governo Federal, de uma banda de alíquota (variando de zero a 7%) para o imposto regulatório sobre a produção mineral para exportação (IE-Mineral), funcionando regulatoriamente sobre o câmbio a nível federal e alimentando o fundo de desenvolvimento local, com gestão do Estado.

c) Tributação de ICMS sobre produtos minerais semi-elaborados na escala de 0,5 a 10% inversamente proporcional ao processamento da matéria prima mineral. A idéia é que quanto maior o processamento menor a alíquota de ICMS.

d) Mediante emenda constitucional passar a tributar ICMS da energia elétrica na origem, a exemplo de outros produtos, mesmo que seja uma alíquota mínima, por exemplo, 5%.

42. Manutenção do princípio distributivo do FDE e ampliação dos percentuais de participação do Estado do Pará.

Organização do Estado, Integração Regional e Política Federativa

43. O Governo Popular teve a tarefa primeira de reconstruir os principais órgãos da esfera pública. Na Segurança Pública efetivamos contratações de Policiais e reequipamos uma Polícia que acerca de dez anos não tinha concurso ou investimentos necessários; do mesmo modo na Educação efetivamos concursos, o mesmo se fazendo em relação a outras categorias. Ao todo realizamos 27 concursos e nomeamos 27.641 concursados, tarefa inicial para avançarmos na reestruturação do serviço público e prover serviços de qualidade.

44. A recomposição dos ganhos salariais dos servidores públicos também fez parte dos esforços de reconstrução do Estado. Assim, nos quatro anos de Governo Popular tivemos reajustes salariais acima da inflação e garantimos o início de recomposição das perdas salariais que marcaram o período tucano. Do mesmo modo reivindicações históricas como a universalização do auxílio alimentação foram marcas de nosso governo.

45. O fortalecimento do Estado passa pela construção de carreiras de estado sólidas, submetidas a processos meritocráticos de seleção e promoção, sendo necessário estabelecermos uma política de plano de carreiras e continuidade de concursos em conformidade com a permanente estruturação do Estado.

46. A reestruturação administrativa e o fortalecimento do Estado através da recomposição da capacidade de planejamento e a consolidação de um Sistema Estadual de Planejamento

Estratégico, tendo como núcleos a Secretaria de Planejamento, o IDESP e a Secretaria de Administração.

47. Desenvolver a transversalidade de ações entre as diversas Secretarias, consolidando a perspectiva de eixos programáticos a serem desenvolvidos de forma integrada.

48. Aprofundar ações conjuntas com o Governo Federal, a exemplo do “Território da Cidadania”, para promover um bom funcionamento do SUS, qualificação do Sistema Educacional, Segurança e Sistema Prisional.

49. Avançamos nestes anos mais do que em toda história paraense no processo de integração estadual, a própria criação da Secretaria de Integração Regional tinha como móvel central a necessidade de termos um Governo de Todos os Paraenses, presente nas diversas microrregiões e capaz de dialogar com o conjunto dos interesses das diversas municipalidades, o que se efetivou através da Sala das Prefeituras. Do mesmo modo trabalhamos lado a lado com o Governo Federal no programa “Territórios da Cidadania”, promovendo políticas de desenvolvimento econômico em todo o território paraense.

50. As novas políticas a serem encetadas terão como prioridade os seguintes eixos:

- a) Avançar no diálogo federativo com os municípios, alimentando as relações tipo repasse fundo a fundo em áreas chaves.
- b) Promover o estabelecimento de planejamentos municipais integrados.
- c) Construir Planos de Desenvolvimento para as Microrregiões envolvendo as capacidades municipais.
- d) Fortalecer a participação popular nas esferas de decisão, consolidando os mecanismos de democracia participativa, especialmente o Planejamento Territorial Participativo.

PROPOSTA DE MESAS PARA CONSTRUÇÃO PROGRAMÁTICA (Período: Maio e Junho)

Coordenador Geral:

1. EDUCAÇÃO

Coordenação: Secretaria de Educação e UEPA (Um expositor e quatro polemizadores)

Moacir Gadotti

Especialista Estadual (UFPa ou UEPA)

PT Estadual

Sistematizador

2. Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

Coordenação: SEDECT (Um expositor e quatro polemizadores)

Especialista do MCT

PT Estadual

Sistematizador

3. Regularização fundiária, ordenamento territorial e Gestão Ambiental

Coordenação: SEP (Um expositor e dois polemizadores)

Iterpa
Sema
Ideflor
PT Estadual
Sistematizador

4. Segurança Pública

Coordenação: SEGOV (Jean e três polemizadores)

SEGUP/Polícia Civil/PM (P/COORDENAR)

PT Estadual

Sistematizador

5. Saúde

Coordenação: SESP (um expositor e dois polemizadores)

Especialista Estadual

Especialista Nacional

PT Estadual

Sistematizador

6. Planejamento e Organização Governamental

Coordenação: Secretaria de Planejamento/SEGOV

PT Estadual

Sistematizador

7. INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

8. Política Tributária e Fiscal para o Desenvolvimento